

Sávio Salomão de Almeida Nóbrega
Organizador

Temas Relevantes do Contencioso Administrativo Federal - CARF

Volume II

Autores

Ana Carolina da Silva Barbosa	Marcelle Rezende Cota
Ana Claudia Borges de Oliveira	Marina Righi Rodrigues Lara
Andréa Viana Arrais Egypto	Martin da Silva Gesto
Andressa Pegoraro Tomazela	Matheus Soares Leite
Carlos Henrique de Oliveira	Rayd Santana Ferreira
Fellipe Honório Rodrigues da Costa	Roberto Junqueira de Alvarenga Neto
Fernanda Melo Leal	Sávio Salomão de Almeida Nóbrega
Fernando Gomes Favacho	Thiago Álvares Feital
João Victor Ribeiro Aldinucci	Thiago Duca Amoni
Leonam Rocha de Medeiros	Wesley Rocha
Letícia Lacerda de Castro	Yendis Rodrigues Costa
Ludmila Mara Monteiro de Oliveira	

NSM Editora

2025

Sumário

Sobre os Autores	5
Prólogo (Robson Maia Lins)	17
Apresentação (Sávio Salomão de Almeida Nóbrega)	21

Parte I – IRPF & IRRF

Renda Imputada ou Ficcional? Uma Análise Crítica da Tributação da Renda na Cessão Gratuita de Uso de Imóveis	29
---	----

Letícia Lacerda de Castro

1. É preciso pensar criticamente sobre a opção constitucional de tributação da renda e buscar a compatibilidade normativa dessa incidência tributária.....	29
2. A indeterminação do conceito de renda. Pela estabilização de seu sentido normativo.....	30
3. A tributação da renda na cessão gratuita de uso de imóveis, prevista no art. 23, VI, da Lei n. 4.506/1964. A jurisprudência administrativa	37
4. Afinal, qual a “renda” é objeto de tributação pelo art. 23, VI, da Lei n. 4.504/1964?	38
Referências.....	42

O IRPF e a Utilização de FIP: Possibilidade	45
--	----

Ludmila Mara Monteiro de Oliveira

1. Introdução	45
2. Balizas iniciais.....	45
2.1. Os fundos de investimento no passado e no presente	46
2.2. Os reflexos no IRPF das operações envolvendo o FIP.....	47
3. A jurisprudência da 2ª Seção do Carf	50
3.1. Dos casos em que reconhecida a abusividade na constituição do FIP	50
3.2. Dos casos em que declarada a higidez do negócio jurídico.....	55
4. Conclusão.....	58
Referências.....	59

Os Resgates de Previdência Privada e a Isenção do Imposto sobre a Renda Destinada aos Portadores de Moléstia Grave	61
---	----

Thiago Duca Amoni

1. Introdução	61
---------------------	----

2. Breve relato histórico do imposto sobre a renda.....	62
3. O conceito de renda.....	63
4. Isenção do art. 6º, XIV, da Lei n. 7.713/1988: entendimentos do Carf e do STJ.....	70
5. Isenção do imposto de renda sobre os rendimentos de previdência privada.....	73
6. Conclusão.....	77
Referências.....	77

A Incidência do IRPF e os Honorários do Juízo Arbitral 81

Ana Claudia Borges de Oliveira

1. Juízo arbitral (arbitragem).....	81
2. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR.....	83
2.1. Normas gerais.....	84
2.2. Sujeito passivo.....	85
3. A “Lei do Bem” – Lei n. 11.196/2005.....	88
4. Da tributação dos honorários recebidos pelos árbitros.....	90
4.1. Do lançamento de ofício e o parágrafo único do art. 116 do CTN...	91
4.2. Da conclusão e o julgamento realizado no âmbito do Carf.....	94
Referências.....	97

Ganho de Capital na Alienação de Bem a Prazo e o Termo Inicial do Prazo de Decadência 99

Leonam Rocha de Medeiros / Martin da Silva Gesto

1. Introdução.....	99
2. Definição e legislação correlata.....	100
3. Detalhamento das divergências.....	105
4. Considerações sobre as divergências e proposta hermenêutica.....	112
5. Considerações finais.....	114
Referências.....	115

A Distribuição Desproporcional de Lucros e a Jurisprudência da 2ª Seção do Carf..... 117

Ana Carolina da Silva Barbosa / Roberto Junqueira de Alvarenga Neto

1. Introdução.....	117
2. Fundamentos legais da distribuição desproporcional de lucros.....	118
2.1. Legislação societária.....	118
2.2. Legislação tributária.....	120
3. Os requisitos para legítima distribuição desproporcional de lucros na jurisprudência da 2ª Seção do Carf.....	126
3.1. Previsão contratual.....	126
3.2. Escrituração regular dos lucros.....	131

3.3. Discriminação entre a remuneração decorrente do trabalho e a proveniente do capital social.....	133
4. Conclusão.....	138
Referências.....	139

A Tributação do Direito de Imagem dos Atletas e a Jurisprudência do Carf. 141

Andressa Pegoraro Tomazela

1. Introdução	141
2. O art. 129 da Lei n. 11.196/2005	142
3. O art. 129 da Lei n. 11.196/2005 e o direito de imagem.....	145
4. A Lei Pelé e a Lei Geral do Esporte	149
5. A jurisprudência do Carf sobre o tema	153
6. Conclusões	156
Referências.....	157

Execução Simultânea de Contratos de Pesquisa e Afretamento – Repercussão no IRRF 159

Andréa Viana Arrais Egypto

1. Introdução	159
2. Análise da legislação e identificação do problema.....	160
3. A desoneração tributária relativa à alíquota zero.....	163
4. Os limites da liberdade contratual	164
5. Coligação de contratos – Limites – Bipartição artificial com exigência do IRRF	168
6. A tributação dos contratos bipartidos e os precedentes do Carf.....	169
7. Conclusão.....	172
Referências.....	174

Parte II – Contribuições Previdenciárias

A Imunidade das Entidades de Assistência Social – Lei Complementar Versus Lei Ordinária..... 177

João Victor Ribeiro Aldinucci / Sávio Salomão de Almeida Nóbrega

1. Introdução	177
2. Imunidade constitucional e direitos fundamentais dos contribuintes.....	178
3. Imunidade das entidades beneficentes de assistência social.....	182
4. Necessidade de lei complementar	183
5. A tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal e o posicionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.....	187
6. Conclusões	194
Referências	194

Natureza Jurídica das Verbas Ofertadas como Benefícios: Aspectos Trabalhistas e Tributários.....	197
Carlos Henrique de Oliveira	
1. Introdução	197
2. Aspectos trabalhistas dos benefícios.....	198
3. Aspectos tributários dos benefícios	202
4. Conclusões	206
Referências.....	208
 Tema 20/STF: Conceito de Habitualidade e a Jurisprudência do Carf.....	 209
Fellipe Honório Rodrigues da Costa / Fernanda Melo Leal	
1. Introdução	209
2. Considerações sobre as contribuições sociais no sistema tributário	210
3. O conceito de habitualidade para fins de incidência das contribuições previdenciárias e o posicionamento do STF (RE n. 565.160/SC – Tema 20)....	216
3.1. Breves comentários sobre o histórico do conceito.....	216
3.2. O atual entendimento do STF.....	217
3.3. O atual entendimento do Carf.....	224
4. Considerações finais	230
Referências	230
 A Contribuição Adicional ao SAT no Caso de Trabalhadores Expostos a Ruído: o Carf entre o Tema 555 e a ADI n. 7.773.....	 233
Thiago Álvares Feital	
1. Introdução	233
2. O Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) e seu adicional no contexto da proteção à saúde do trabalhador	234
2.1. A contribuição adicional ao SAT	237
3. O Tema 555 e o agente nocivo “ruído”	240
4. A recepção da decisão do Supremo Tribunal Federal pela Receita Federal do Brasil, a jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e a ADI n. 7.773: a estrutura de uma anti-hermenêutica.....	246
Referências	252
 Stock Options: Natureza Jurídica e (não) Incidência de Contribuições Previdenciárias à Luz do Tema 1.226 do STJ e da Jurisprudência do Carf.....	 253
Marcelle Rezende Cota / Marina Righi Rodrigues Lara	
1. Introdução	253
2. Aspectos conceituais e operacionais dos SOPs	254
3. Contribuição previdenciária: pressupostos	257
4. O Tema 1.226 do STJ	260
5. A jurisprudência do Carf.....	267

6. Conclusão.....	273
Referências.....	274

Participação nos Lucros e Resultados: Pactuação Prévia e a Jurisprudência do Carf..... 279

Fernando Gomes Favacho

1. Introdução às várias controvérsias sobre PLR e tributação.....	279
2. “Pactuados previamente” na legislação	281
3. A interpretação do “previamente”	284
3.1. Imunidade – interpretação ampla.....	286
3.2. Razoabilidade e eficácia	288
4. Interpretação de “pactuados”	290
4.1. Pactuação sem sindicato	292
5. Conclusões	295
Referências.....	297

Nova Era da Pejotização: A Hipersuficiência nas Relações de Trabalho e Seus Reflexos na Jurisprudência do Carf..... 299

Wesley Rocha

1. Introdução ao tema: conceito de pejotização em detrimento da terceirização, consoante as decisões do STF	299
1.1. Diferenças entre o trabalhador hipersuficiente e o hipossuficiente..	302
2. Dos elementos caracterizadores do vínculo empregatício para fins previdenciários e a crise interpretativa de subordinação ou subordinação estrutural	305
2.1. Do elemento subordinação ou subordinação estrutural: crise interpretativa nos julgamentos.....	307
3. As decisões do STF e TST acerca da pejotização e os impactos na seara fiscal	310
3.1. Tema 1.389 do STF: a construção jurisprudencial e seus paradigmas para a nova era da pejotização	313
4. Análise da pejotização e os precedentes do Carf	316
4.1. Fundamentos para a licitude da pejotização no Carf e considerações finais	318
Referências.....	324

Parte III – ITR

As Principais Controvérsias acerca do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) no Âmbito do Carf..... 327

Matheus Soares Leite

1. Introdução	328
---------------------	-----

2. Legitimidade passiva do ITR	328
2.1. Como avaliar a hipótese de ilegitimidade passiva, quando aventada pelo contribuinte, que apresenta a Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR), na qualidade de proprietário do imóvel rural?	329
2.2. Como fica a legitimidade passiva nas situações em que ocorre a transmissão da propriedade imobiliária após a ocorrência do fato gerador?	331
2.3. É possível falar em responsabilidade solidária em se tratando de propriedade de condomínio <i>pro indiviso</i> ?	332
3. Decadência em caso de pagamento a destempo	333
3.1. Prazo de decadência nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação	333
3.2. Como interpretar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), nas situações em que o pagamento parcial do ITR ocorre após o seu vencimento e, ainda, em ano-calendário diverso do exercício objeto do lançamento?	335
4. Erro de fato e retificação da DITR	336
4.1. É possível a inclusão de áreas isentas e anteriormente não declaradas, quando da Impugnação ou Recurso Voluntário, para fins de redução ou exclusão do ITR objeto de lançamento?	337
4.2. Idêntico raciocínio pode ser aplicado quando o contribuinte pretende a mera reclassificação de área anteriormente declarada para outra área que está disposta no mesmo quadro do demonstrativo de apuração do imposto devido?	338
4.3. E nas situações em que a própria Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) analisa as áreas anteriormente não declaradas, tecendo comentários a respeito, excluindo ou mantendo o lançamento tributário?	339
5. Exigência do Ato Declaratório Ambiental (ADA) para o reconhecimento da isenção do ITR	340
5.1. É legítima a exigência do protocolo do Ato Declaratório Ambiental (ADA), dentro do prazo legal, para fins do reconhecimento da isenção do ITR, no tocante às áreas de preservação permanente, reserva legal, sob regime de servidão florestal ou ambiental e cobertas por florestas nativas, primárias ou secundárias em estágio médio ou avançado de regeneração?	340
6. Prévia de averbação da reserva legal, servidão florestal e reserva particular do patrimônio natural, no registro de imóveis, para o reconhecimento da isenção do ITR	346
6.1. É legítima a exigência da prévia averbação da reserva legal, servidão florestal e reserva particular do patrimônio natural, na matrí-	

cula do imóvel, como condição para o reconhecimento da isenção dessas áreas do ITR?	346
7. Arbitramento do Valor da Terra Nua (VTN) para apuração do ITR.....	349
7.1. O VTN considerado no lançamento, quando constatada a subavaliação do imóvel rural, pode ser revisto pela autoridade administrativa, no âmbito do contencioso tributário?	349
7.2. Mas e quando o arbitramento efetuado pela fiscalização, com base no Sistema de Preços da Terra (SIPT), não considera os valores por aptidão agrícola do município de localização do imóvel rural, mas sim a média das DITRs da municipalidade ou outro critério diverso da aptidão agrícola?	351
8. Conclusão.....	352
Referências.....	361

A Incidência do ITR sobre Áreas Invasas: O Limite da Propriedade da Terra e o *Animus Domini*..... 363

Rayd Santana Ferreira / Wesley Rocha

1. Introdução: o Imposto Territorial Rural.....	363
2. Sujeito passivo do ITR e a legislação aplicada	368
3. A exigência do ITR, o <i>animus domini</i> e as decisões do Carf.....	371
4. Conclusão.....	385
Referências.....	386

ITR e as Áreas não Tributáveis: O Valor Probatório do Laudo Técnico no Contencioso Administrativo – Carf 389

Yendis Rodrigues Costa

1. Introdução	389
2. Tributação rural e finalidade extrafiscal do ITR	389
3. Princípios constitucionais aplicáveis à tributação imobiliária rural.....	391
4. O papel do Carf como instância técnica de controle da tributação rural	392
5. A prova técnica e a verdade material no processo administrativo.....	395
6. A reforma legislativa em curso e o papel da prova técnica.....	397
7. Perspectivas para uniformização e segurança jurídica	401
8. Conclusão.....	402
Referências.....	402